

## Universidade popular e a democratização do acesso e dos saberes: um olhar sobre a UFFS

### Popular university and the democratization of access and knowledge: a look over the UFFS

Marlei Dambros<sup>1</sup>, Lucélia Peron<sup>2</sup>

---

#### RESUMO

Desde a sua criação, as universidades brasileiras fortalecem o colonialismo por meio dos ideais elitistas e do conhecimento eurocêntrico. É a partir do século XX que a educação superior é instigada a reconhecer a existência da colonialidade do poder, do ser e do saber e, com isso, precisa enfrentar o desafio de descolonizar os meios de acesso a esse nível de ensino e o conhecimento acadêmico, por meio de mudanças epistemológicas, curriculares e atitudinais. A partir da perspectiva decolonial, esse texto tem como objetivo apresentar a experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. O trabalho foi elaborado a partir da análise do conteúdo de documentos que vão desde a constituição da universidade em 2008, até as políticas e regulamentos construídas até o ano de 2019. Pode-se aferir, que essa instituição atua como uma possibilidade de uma universidade decolonial, intercultural e emancipadora, que tem como pressuposto a democratização do conhecimento, para o encontro de diferentes culturas e saberes. Neste sentido, tem-se a convicção de que a UFFS anuncia importantes mudanças no que tange à oferta de Educação Superior pública e gratuita. Nos seus limites institucionais, move-se para a assunção de seu efetivo caráter popular.

**Palavras-chave:** Universidade popular; Descolonização; Democratização do acesso e dos saberes; Emancipação social.

---

#### ABSTRACT

Since their creation, Brazilian universities have strengthened colonialism through elitist ideals and Eurocentric knowledge. It is from the 20th century that higher education is instigated to recognize the existence of the coloniality of power, being and knowledge and, therefore, needs to face the challenge of decolonizing the means of access to this level of education and academic knowledge through epistemological, curricular and attitudinal changes. From the decolonial perspective, this text intend to introduce the experience of the Federal University of the Fronteira Sul - UFFS. The work was done from the analysis of the content of documents ranging since the constitution of the university in 2008, to the policies and regulations done until the year 2019. It can be seen that this institution acts as a possibility of a decolonial, intercultural, and emancipating university, which has as its assumption the democratization of knowledge, for the encounter of different cultures and knowledges. In this sense, we have the conviction that the UFFS announces important changes regarding the offer Higher Education public and free. Between its institutional limits, it moves towards the assumption of its effective popular character.

**Keywords:** Popular university; Decolonization; Democratization of access and knowledge; Social emancipation.

---

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Catarina. [marlei.dambros@uffs.edu.br](mailto:marlei.dambros@uffs.edu.br)

<sup>2</sup> Universidade Federal da Fronteira Sul.

## INTRODUÇÃO

A Educação Superior brasileira, ao longo de sua constituição histórica, não ficou isenta do processo de evolução desigual presente nos diferentes segmentos da sociedade. Desde seu surgimento no Brasil, a partir do século XIX, as universidades se configuraram pelos ideais elitistas, que haviam buscado sua formação em instituições europeias. De acordo com Silva (2017), a intenção do ensino superior brasileiro era criar instituições que reproduzissem a cultura e o domínio colonial. Elas tinham como meta a formação de uma elite intelectual nacional autônoma, no entanto isso não se efetivou, pois “a autonomia da intelectualidade brasileira foi limitada pela consolidação de um pensamento social brasileiro que permaneceu colonizado, importando teorias europeias para interpretação negativa da diferença étnico-racial da sociedade brasileira” (p. 234).

De acordo com Schwarcz (1993), é importante lembrar o fato de que a elite brasileira gostava de ler a literatura produzida na Europa e nos Estados Unidos, pois no final do século XIX, o Brasil se planejava ser uma sociedade científica e moderna e, para isso, acreditava que deveria se diferenciar das demais repúblicas latino-americanas e aproximar-se dos modelos europeus de conhecimento e civilidade. A preocupação era construir, cuidadosamente, a imagem internacional do Brasil que “era visto como um ‘modelo da falta e atraso’ em função de sua composição étnica e racial” (p. 30). Nessa lógica, o Brasil deveria se apresentar como um país “novo”. Não mais a “mata e a selvageria” deveriam ser a carta de apresentação da nação, mas uma imagem moderna, industriosa, civilizada e científica” (p. 26).

É nesse contexto que foi se constituindo o ensino superior brasileiro e introduzidas “teorias de pensamento até então desconhecidas, como o positivismo, o evolucionismo e o darwinismo” (SCHWARCZ, 1993, p. 35). Os intelectuais adotaram esses modelos para estudar as raças, mesmo que já bastante desacreditados no contexto europeu. Assim, o pensamento racial europeu adotado no Brasil torna-se em “instrumento conservador e autoritário na definição de uma identidade nacional e no respaldo a hierarquias sociais já bastante cristalizadas” (SCHWARCZ, 1993, p. 33). Ou seja, o racismo científico vai se consolidando por meio de práticas e narrativas que valorizam o branqueamento do país e a crença da inferioridade negra e indígena e da superioridade branca europeia.

É somente no século XXI, que o Brasil vivencia um importante processo de reconhecimento da importância da universidade como um espaço de transformação social. Fato este que incentivou a atuação dos movimentos reivindicatórios pela expansão da educação superior pública e gratuita e estimulou os questionamentos acerca da elitização e do acesso a esse nível de ensino. Esses temas passaram a ser constantemente pautados e apontados como uma das formas de exclusão social. Entendeu-se que a superação de situações discriminatórias somente seria possível por meio da ampliação das oportunidades de acesso à educação superior.

A partir de 2003, com a implementação de um conjunto de programas e políticas públicas que previam a democratização da educação superior pública e de qualidade, ampliou-se o acesso, sobretudo dos jovens e trabalhadores, a esse nível de ensino. Na primeira fase da ampliação do acesso à educação superior, denominada de Expansão I, que aconteceu no período de 2003 a 2007, o objetivo principal era interiorizar a Educação Superior pública federal. Na segunda fase, com a intenção de prover as instituições de condições necessárias para a ampliação do acesso e da permanência na universidade, foi criado, pelo Decreto n.º. 6.096/2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI<sup>3</sup>), que integra uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). As diretrizes desse programa preveem o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas, o combate à evasão, a diminuição das desigualdades sociais no país e a retomada do crescimento da educação superior pública.

Com a definição dessas medidas, o número de municípios atendidos pelas universidades públicas foi ampliado de 114 em 2003 para 237 em 2011, um crescimento aproximado de 108%. Nesse período, foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi, possibilitando, assim, a ampliação de vagas e a criação de novos cursos

---

<sup>3</sup> O REUNI foi instituído pelo Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Além da UFFS, outras 13 universidades federais foram construídas desde 2003, apresentando-se um total de 59 universidades federais no País. No ano de 2013 foram criadas mais 4 instituições, atualmente são 63 as universidades federais no Brasil. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/>>. Acesso em: 05/01/2022.

de graduação. Desta forma, o número de universidades federais, que era de 45 em 2003, aumentou para 59 em 2010<sup>4</sup>.

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), cujo caso é sucintamente apresentado nesse texto, é uma das universidades públicas federais criadas pelo processo de expansão e interiorização da Educação Superior pública brasileira, o REUNI. Criada pela Lei n. 12.029, de setembro de 2009, foi instalada em uma região que abrange 396 municípios, denominada Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, que abarca o Sudoeste do Paraná, o Oeste de Santa Catarina e o Norte do Rio Grande do Sul.

Inicialmente a UFFS foi constituída por 5 campi instalados nos 3 estados da região Sul do Brasil - Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Na cidade de Chapecó (SC), está a sede da instituição composta por um *campus* e a reitoria. Os demais estão localizados nas cidades de Realeza e Laranjeiras do Sul (PR), Cerro Largo e Erechim (RS). No ano de 2013, a cidade de Passo Fundo (RS) passou a contar com um *campus* da UFFS, o qual oferece o primeiro curso de medicina do Brasil instituído por meio do programa de expansão das escolas médicas do governo federal.

A UFFS é resultado da materialização de uma política pública nacional de expansão da educação superior, mas também é resultado de uma intensa mobilização dos movimentos sociais presentes nos três estados do sul e que integravam o Movimento Pró-Universidade<sup>5</sup>. É no interior dessas manifestações que ela se constituiu, carregando em sua essência os princípios de uma universidade pública, popular e democrática, caracterizando-se como um espaço criado pela sociedade para o Estado, ou seja, um bem público a serviço de todos os grupos sociais.

O termo “popular” esculpido na denominação dos princípios da universidade aparece como algo inédito no país, e se constitui como sendo a articulação entre a organização social e a política governamental. Isso encontra-se expresso no Relatório do Movimento Pró-Universidade, que traduz o perfil popular da instituição:

---

4 Informações disponíveis em: <https://reuni.mec.gov.br/expansao>

5 O Movimento Pró-Universidade tinha representatividade de vários segmentos sociais da região. Dentre eles: Movimento dos Sem Terra - MST, lideranças indígenas, representantes da agricultura familiar, Movimento das Mulheres Camponesas - MMC, Movimento Negro e lideranças políticas.

O Movimento Pró-Universidade propõe uma Universidade Pública e Popular com excelência na qualidade de ensino, pesquisa e extensão, para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos na identificação, compreensão, reconstrução e produção de conhecimentos para a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País, tendo na agricultura familiar e camponesa um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento. (2008, p. 9).

O Relatório do Movimento Pró-Universidade é tido como um dos primeiros documentos do processo de criação da UFFS e foi elaborado a partir da mobilização de vários movimentos sociais da região de abrangência da universidade. A expressão “popular”, presente na configuração inicial da jovem universidade a diferencia das demais. O princípio popular traduzido pelo Movimento Pró-Universidade expressa um campo de luta por uma universidade popular, que demonstra preocupação entre o conhecimento produzido e transmitido nas instituições de educação superior e os interesses e necessidades das camadas populares. Assim, um dos papéis fundamentais de uma universidade popular é revitalizar o papel intelectual crítico e criador, rompendo com os parâmetros de educação que têm como propósito a meritocracia e a performatividade mercadológica.

O perfil da nova universidade, caracteriza-se por voltar-se às necessidades da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, configurando-se como Universidade pública e popular; de qualidade, imbuída da formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário; democrática, autônoma, que respeite a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais; que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade; que tenha na agricultura familiar um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento e que tenha como premissa a valorização e a superação da matriz produtiva existente<sup>6</sup>.

---

6 Disponível em: [https://www.uffs.edu.br/institucional/a\\_uffs/a\\_instituicao/perfil](https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/perfil)

Historicamente desassistida pelo poder público, especialmente com relação ao ensino superior, a Mesorregião sonhava com uma universidade federal há décadas e tem na UFFS a maior expressão de como é possível desenvolver ensino superior público, gratuito e de qualidade em um ambiente que recentemente apresentava poucas perspectivas.

## **METODOLOGIA**

Caracteriza-se a Universidade Federal da Fronteira Sul como o ambiente empírico deste estudo, tomando como referências as dimensões de espaço e tempo, ou seja, o texto trata-se de um estudo de caso da UFFS. No recorte temporal partiu-se da análise do documento produzido pelo Movimento Pró-Universidade (2008), dos documentos de criação da universidade (2009) e dos documentos produzidos a partir da implantação da UFFS – políticas e regulamentos - até dezembro de 2019. Os referidos documentos foram analisados por meio da metodologia de análise de conteúdo.

Para Chizzotti (2006, p. 98), “[...] o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas.” Deste modo, ao optar pela análise de conteúdo como mecanismo de análise mais apropriado, o pesquisador precisa estar atento ao conjunto de elementos a priori brutos, que só ganharão significado ao serem manipulados de acordo com uma técnica de análise aprimorada. Importa evidenciar, neste caso, que os documentos que constituíram o *corpus* deste trabalho foram selecionados a partir da regra de pertinência e importância, buscando atender o objetivo do estudo.

Tendo em vista o tratamento das informações, compreende-se que este estudo é de abordagem qualitativa, pois corrobora com o conceito defendido por Prodanov e Freitas (2013), que destacam que,

há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de

pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. (Prodanov & Freitas, 2013, p. 70).

Nesta mesma linha de interpretação, Creswell (2010) coaduna para o entendimento de que o pesquisador é um instrumento fundamental da pesquisa qualitativa, pois é ele que coleta os dados por meio de exames dos referidos documentos. Por isso, o pesquisador assume um compromisso ético diante dos novos conhecimentos produzidos.

## **A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE POPULAR**

Pensar e implementar uma universidade na perspectiva popular é pôr em questão as relações entre universidade e sociedade. Implica reconhecer que, historicamente, a Educação Superior brasileira encontrou barreiras sociais assentadas por uma formação social elitista e discriminatória, que beneficia destinatários provindos dos estratos sociais mais abastados e ignora conhecimentos de diferentes culturas. O conhecimento universitário “foi, ao longo do século XX, um conhecimento predominantemente disciplinar cuja autonomia impôs um processo de produção relativamente descontextualizado em relação às premências do cotidiano das sociedades” (SANTOS, 2004, p. 40). Conseqüentemente, essas barreiras determinaram um ensino superior elitizado, não apoiado na igualdade de oportunidades e justiça social (CURY, 2003).

Para aqueles que acreditam na educação como um bem público e que se propõe a assumir a responsabilidade de formar não só os profissionais, mas cidadãos, habilitados para a construção de uma sociedade melhor, mais humana e justa, este é um ponto de inflexão que se coloca como princípio de organização e execução de todas as suas atividades. Para essas instituições, a principal indagação é o significado do educar no contexto do modelo socioeconômico contemporâneo (GEORGEN, 2010).

Nesta perspectiva, é importante salientar que o reconhecimento da importância da educação se traduz em uma posição incompatível com a postura elitista. Preocupar-se com a educação, neste caso com a educação superior, significa preocupar-se com o nível de cultura das massas e admitir que a defesa de privilégios é insustentável. “Isso porque

a educação é uma atividade que supõe a heterogeneidade (diferença) no ponto de partida, e homogeneidade (igualdade) no ponto de chegada.” (SAVIANI, 1987, p. 37).

Um projeto educacional que abarca a universidade como um bem público, precisa ter como objetivo central responder positivamente às demandas sociais pela democratização radical da universidade, pondo fim a uma história de exclusão de grupos sociais e seus saberes de que a universidade tem sido protagonista ao longo do tempo. Diante disso, Santos (2004) parte da premissa de que a universidade tem um papel imprescindível na construção de um país que se encontra polarizado entre globalizações contraditórias.

Rebater a lógica perversa imposta historicamente, por meio de um modelo eficaz e emancipatório de universidade como um bem público, significa sustentar um projeto político apoiado por forças sociais disponíveis e interessadas em protagonizá-lo. O primeiro protagonista desse processo é a própria universidade pública, ou seja, quem nela está interessado em uma globalização alternativa, uma vez que a universidade pública hoje é um campo de interesses contraditórios: dentro dela há os que defendem a manutenção do “*status quo*” e, desprovidos de alternativas realistas, acabam reféns dos desígnios da globalização neoliberal; e há os que denunciam a posição conservadora e recusam a contestação da globalização neoliberal, sendo protagonistas da reforma progressista da universidade. Há ainda o protagonismo do Estado, quando este opta politicamente pela globalização solidária da universidade; sem isso, acaba por adotar/ceder às pressões da globalização neoliberal, haja vista a relação histórica entre universidade e Estado. Finalmente, há o protagonismo dos cidadãos individual ou coletivamente organizados, movimentos sociais, grupos interessados em fomentar o debate entre universidade e os interesses sociais que representam. Este último teve, historicamente, uma relação distante da universidade, dadas as características elitistas que esta cultivou, portanto, é um protagonismo que tem de ser legitimado pelas vias do acesso não classista, não racista, não sexista e não etnocêntrico à universidade (SANTOS, 2004).

Contudo, apesar de o seu desenvolvimento ter, ao longo de sua história, respondido à dinâmica do sistema capitalista, se adequando às necessidades das classes dominantes e do sistema produtivo, a universidade também vem sendo permeada por pensamentos e visões de mundo diferenciadas que influenciam na sua configuração, por

isso, é possível dizer que a universidade pode contribuir decisivamente na definição e busca de soluções coletivas dos problemas sociais nos seus diferentes âmbitos.

Partindo-se do pressuposto de que a universidade popular se constitui como alternativa e estratégia política – contrastando espaços educativos predominantes constituídos em várias universidades públicas tradicionais, tendo como proposta o desenvolvimento de uma educação mais humanizadora e crítica, no cenário acadêmico, formando profissionais socialmente comprometidos e fomentando o diálogo da universidade com a classe trabalhadora – tem-se o entendimento de que ela se propõe a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Portanto, a universidade que se adjetiva “popular” necessita formar profissionais competentes tecnicamente, mas também críticos, autônomos, socialmente responsáveis e comprometidos com um projeto de sociedade coletiva. Deste modo, o sentido originário do ser popular da universidade ocorre justamente pela vinculação desta com as classes populares, e o direcionamento dado à ação em benefício desse coletivo. Isto é apontado, conforme Melo Neto (2011, p. 28), como a primeira dimensão do ser popular.

Algo consegue ser popular se tem origem no trabalho do povo, das maiores classes, dos que vivem e viverão do trabalho. Mas a origem apenas não basta, visto que pode nascer de agentes externos, evitando-se todo tipo de populismo que porventura possa surgir. Todavia, é preciso ter conhecimento da direção em que se está apontando aquilo que se pretende popular. É preciso saber quem está sendo beneficiado com aquele tipo de ação. Algo é popular se tem origem nas postulações dos setores sociais majoritários da sociedade ou de setores comprometidos com as lutas das maiorias, exigindo-se que as medidas a serem tomadas beneficiem essas maiorias.

Entende-se que o princípio “popular” adjetivado no conceito de universidade converte-se em qualitativo de uma educação peculiar, compreende-se como um trabalho de origem da e na sociedade, direcionado na e para a construção de uma sociedade na qual o poder esteja sendo construído pelos segmentos responsáveis pela produção social – os trabalhadores. Designa-se, portanto, como uma ação sociotransformadora, “[...] na medida em que as atividades a ele atribuídas se orientam para os segmentos ‘populares’ da coletividade, e sua condição de classe e às potencialidades transformadoras são inerentes a essa condição.” (BEISIEGEL, 1982, p. 50). Estando fixados a originalidade,

a direção e os interesses dos envolvidos, entra em cena a dimensão política conceitual do popular. Ou seja,

Ser popular é ter clareza de que há um papel político nessa compreensão. Essa importância política cresce, estando voltada à defesa dos interesses dessas classes majoritárias. Em um segundo momento, essas ações políticas são reativas às políticas que são impostas a essas maiorias. Reativas no sentido de experimentar alternativas ou estratégias que conduzam às iniciativas para um plano político geral de sociedade; ou ainda enquanto geradoras de ação própria e original, retirada da prática do dia-a-dia, ou quando são capazes de compor um novo tecido social com outros valores e objetivos. (MELO NETO, 2011, p. 28).

A universidade popular desencadeia ações e esforços para tornar os conhecimentos acessíveis à população, pois o conhecimento só tem sentido como um bem social e coletivo. Reconhecer a universidade popular com estes propósitos significa entender que “não há justiça social global sem justiça cognitiva global, ou seja, sem justiça entre os conhecimentos” (SANTOS, 2007, p. 41).

Embora a trajetória da UFFS seja recente, tem características peculiares que figuram em sua constituição e que merecem ser estudadas. A predominância e as políticas de acesso que privilegiam a inclusão de estudantes de escolas públicas, negros, indígenas e imigrantes; a gestão por meio de conselhos que permitem o envolvimento da comunidade na construção das políticas institucionais; o princípio de organização interna e o envolvimento dos movimentos sociais; a configuração diferenciada do currículo por meio dos domínios e o próprio envolvimento do Movimento Pró-Universidade no processo de implantação, anunciam que a jovem universidade tem evidenciado em suas ações elementos importantes que podem contribuir para o avanço da reflexão sobre a universidade pública e popular.

### **A UFFS como possibilidade de acesso e integração de saberes**

O caráter predominantemente elitista e meritocrático que esteve presente no sistema de oferta da educação superior excluiu, na prática, milhares de jovens, homens e mulheres da oportunidade de realizar uma formação de nível superior – principalmente a

população situada nos municípios economicamente agrícolas, que, para sua subsistência, teve que se submeter ao mercado de trabalho assalariado, migrando do campo para centros maiores, acentuando o crescimento da urbanização e o processo de litoralização.

A Universidade Federal da Fronteira Sul é a materialização de sonhos, de significados e imagens de um passado recente. Contudo, pelo que representa para os atores sociais que a constituíram e que a almejavam, longe está de se efetivar como projeto concluso. É importante destacar que, dos movimentos que ocorreram, há um processo que transita de luta pela posse da terra, luta pela emancipação da mulher, luta pelo reconhecimento e fortalecimento da comunidade negra e indígena, para uma nova luta: acessar um território público em que ocorre a educação pública, gratuita, democrática e popular. A questão, portanto, não está somente em acessar a educação pública superior, mas em acessar um tipo de educação pública com marcas que a diferenciam da educação tradicionalmente produzida no âmbito das universidades federais.

A história da UFFS condensa, além das perspectivas de expansão das políticas públicas nacionais de interiorização da educação superior, um conjunto de iniciativas, movimentos e ações propostos por organizações e lideranças sociais, em diferentes momentos históricos, na luta pelo direito à educação superior pública. O Movimento Pró-Universidade, sob a coordenação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf-Sul/CUT) e pela Via Campesina, Fórum da Mesorregião, lideranças políticas e representantes do Movimento Estudantil, passaram a representar

[...] um conjunto de diversas vozes em defesa de uma instituição universitária que pudesse não apenas expandir as possibilidades de acesso à universidade (fato importante), mas que estivesse em sintonia com as demandas regionais e que se desafiasse a inverter a lógica excludente do ensino superior, abarcando, com suas especificidades e saberes, segmentos populares do campo e da cidade. (PEREIRA, 2014, p. 125).

Foi no ano de 2010 que a UFFS iniciou suas atividades no contexto universitário público brasileiro, trazendo como identidade o caráter público e popular. No entanto, desde sua constituição, a UFFS tem sido palco de tensionamentos conduzidos, de um lado, pelos atores sociais da região na sua luta por uma educação superior pública, democrática, popular e gratuita; de outro, por regramentos preexistentes que de certa

forma sempre orientaram os caminhos a serem trilhados pelas propostas formativas em espaços universitários públicos e federais no Brasil.

O Movimento Pró-Universidade apostou na construção de uma instituição de ensino superior distinta das experiências existentes na região. Por um lado, o caráter público e gratuito a diferenciaria das demais instituições da região, privadas ou comunitárias, sustentadas na cobrança de mensalidades. Por outro lado, essa proposta entendia que, para fazer frente aos desafios encontrados, era necessária a construção de uma universidade pública e popular. (RELATÓRIO, 2008). Essa característica da universidade foi expressa, também, em discurso feito na recepção dos estudantes no dia 29 de março de 2010, um marco na história da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). O reitor, professor Dilvo Ristoff, comentou sobre a importância da data e da própria UFFS, e a classificou como sendo “a primeira universidade pública e popular do País”. O adjetivo “público e popular”, princípio da UFFS, encontra-se expresso como primeiro elemento que traça o perfil da UFFS. Além disso, o popular está explícito, também, como princípio norteador no Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

Essa decisão pelo popular pôs em evidência a adoção de uma postura política que veio permeando a construção da instituição. Os movimentos sociais que estavam presentes na mobilização pela criação da UFFS, almejavam uma instituição verdadeiramente comprometida com a inclusão, numa perspectiva transformadora. Para isso, era necessário definir as diretrizes norteadoras do ensino, da pesquisa e da extensão sem perder o foco nos ideários de democracia, justiça social e inclusão socioeducacional, definindo que a constituição da universidade pública, popular e democrática deve seguir orientando o cotidiano da instituição.

O significado da luta pela universidade pública e popular se inicia pela busca da ampliação do número de vagas e se estende pelo campo da gestão da instituição, da formulação de políticas institucionais e da proposição de outros percursos formativos. Nesta perspectiva, a dimensão política do popular entra em cena para defender os interesses das classes populares, compondo um novo cenário que leva em conta a cultura, os objetivos e os anseios sociais dessa classe. Para Brandão (2002, p. 43),

A educação popular lida com os rostos que tornam o seu rosto, entre tantos outros, popular. Ao escolher ir aos que ficaram à margem, ao

convocá-los ao círculo do diálogo e não à monotonia das carteiras em filas silenciosas, o educador desta escolha aprende a viver a sua realidade. Ao dizer aos seus estudantes que digam o que pensam para que daí algo se construa da maneira mais solidária possível, o educador popular aprende a lidar com o mistério do outro dentro de uma experiência de educação onde não se pode falar em pedagogia sem se falar – da maneira mais genuína possível – do amor. E é sempre ele que aponta os caminhos e sugere os passos.

O fragmento de Brandão é utilizado para expressar o que a UFFS representa para quem a idealizou e para a região de sua abrangência. Ela representa novas perspectivas e futuros melhores para milhares de jovens e trabalhadores que a buscam para estudar e ter melhores condições de vida.

### **A democratização do acesso e do conhecimento**

Desde o primeiro processo seletivo, a UFFS utilizou o fator escola pública como política de acesso à universidade, com a intenção de combater as desigualdades e minimizar os efeitos enviesados da meritocracia e do elitismo presentes na história da educação superior pública. O corpo discente da UFFS que iniciou suas atividades letivas na graduação em 29 de março de 2010, totalizou 2.160 estudantes. De acordo com as informações do processo seletivo, o perfil dos primeiros matriculados na UFFS era que “[...] 91% destes estudantes são oriundos da escola pública; 56% vêm de famílias que ganham até três salários mínimos e que em 87% dos casos o estudante pertence à primeira geração da família a chegar na universidade.” (RISTOFF, 2011, p. 306).

A inversão proposta pela política institucional de acesso adotada na UFFS, associada ao Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) e a ação afirmativa do fator escola pública, rompe com o padrão visto historicamente nas demais instituições de Educação Superior pública brasileira segundo o qual apenas 10% dos estudantes são egressos de escolas públicas. Por meio dessa valorização da escola pública, a política de acesso institucional adotada pela UFFS, possibilitou o ingresso à universidade de rostos, histórias, memórias e temporalidades diversas, ou seja, ingressaram na universidade sujeitos originalmente populares.

O primeiro Reitor da UFFS, professor Dilvo Ristoff, declara que “a primeira universidade pública e popular do Brasil começa a corrigir distorções e injustiças históricas presentes na educação superior brasileira e, com isso, garante a presença de estudantes mais pobres de nossa sociedade e, em geral, oriundos de escolas públicas”. (RISTOFF, 2011, p. 309). Neste sentido, a UFFS dá cumprimento à sua missão ao proporcionar o acesso à educação superior pública, primeiramente para a população da região de sua abrangência e, na sequência, abarcando a demanda nacional.

Dada a relevância social que essa universidade representa para sua região, considerando que, sem a presença da UFFS, muitos de seus estudantes teriam que deixar suas famílias para migrar às capitais caso desejassem continuar seus estudos, “[...] chega à região a oportunidade para que também o filho do pequeno agricultor, do trabalhador e dos historicamente excluídos possam usufruir de uma educação superior de qualidade assegurada pelo estado brasileiro.” (RISTOFF, 2011, p. 306).

A partir do ano de 2013, buscando corrigir distorções que provinham de disparidades econômicas das famílias, do perfil étnico e racial da população, a UFFS passou a adotar o modelo de ingresso conforme a Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (lei de cotas). A partir de então, a UFFS passou a formular o novo modelo de ingresso à universidade respeitando esse marco legal do Estado brasileiro, implementando-o, integralmente, no ano de 2013.

Além dessa política de acesso, a universidade instituiu o Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes haitianos, o PROHAITI (Resolução n. 32/2013 – CONSUNI). Esta política trata de uma parceria entre a UFFS e a Embaixada do Haiti no Brasil, e tem como objetivos contribuir para integrar os imigrantes haitianos à sociedade local e nacional, por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS, e qualificar profissionais que, ao retornar àquele país, possam contribuir com o desenvolvimento nacional. A seleção ocorre através de processo seletivo especial para imigrantes haitianos. (UFFS, Resolução n. 32/2013 – CONSUNI)

Outra política de acesso instituída, por meio da Resolução n. 33/2013 – CONSUNI, foi o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul. O programa destina-se aos estudantes que pertencem aos povos indígenas e constitui-se como um instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-

racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e pós-graduação e de estímulo à cultura, ensino, pesquisa, extensão e permanência na universidade. Deste modo, o ingresso dos estudantes indígenas nos cursos de graduação pode ocorrer de três formas: I - via Enem/SiSU, processo no qual são ofertadas vagas nos grupos que se autodeclararam PPI e no grupo A2, em que é feita a reserva de uma vaga por curso para estudantes indígenas; II - mediante Processo Seletivo Exclusivo Indígena, no qual são ofertadas duas vagas suplementares por curso, exceto aqueles que a universidade não tem autonomia para ofertar vagas suplementares e III - mediante Processo Seletivo Especial, para atender demandas específicas. (UFFS, Resolução Nº 33/2013 – CONSUNI).

Em 2019, por meio da Resolução Nº 16/CONSUNI/UFFS/2019, foi instituído o Programa de Acesso e Permanência a Estudantes Imigrantes (PRÓ-IMIGRANTE), que visa ampliar as oportunidades de acesso e permanência para imigrantes residentes no Brasil. Dentre os objetivos do programa estão: desenvolver projetos e ações que apoiem os processos de ensino e aprendizagem dos estudantes imigrantes, reduzindo assim os índices de evasão e retenção e promover o intercâmbio e integração cultural entre estudantes imigrantes e brasileiros, no âmbito da UFFS. O primeiro processo seletivo deste programa ocorre no ano de 2022. Esse programa surge para atender a demanda existente, especialmente em Chapecó, já que o município é o que mais recebe imigrantes no estado de Santa Catarina, contando hoje com 39 nacionalidades diferentes e mais de 12.000 imigrantes.

A busca pela inclusão social afirmada por meio das políticas de acesso adotadas pela UFFS, com um sistema diferenciado de cotas para o ingresso, beneficiando os estudantes oriundos das escolas públicas, somado às reservas de vagas para os autodeclarados pretos, pardos e indígenas e aos processos seletivos próprios, como é o caso do PIN, do PROHAITI e do PRÓ-IMIGRANTE, demarca a dimensão política do caráter popular da universidade, pois abarca um contingente significativo de estudantes, que, sem essa presença, possivelmente não teriam acessado a educação superior pública federal. Além disso, a UFFS vem tentando corrigir distorções, disparidades econômicas das famílias e do perfil etnicorracial da população por meio de políticas específicas.

Dentro da perspectiva das ações inclusivas da UFFS, encontra-se a matriz curricular. Uma universidade que se define como popular requer uma proposta curricular

que interaja com o contexto no qual ela se insere. Assim, a configuração do currículo se organiza em 3 domínios: o comum, o conexo e o específico. Cada um deles abarca um determinado conjunto de disciplinas que são necessárias para a formação cidadã e acadêmica. Tal forma de organização curricular tem por objetivo assegurar que todos os estudantes recebam uma formação ao mesmo tempo cidadã, interdisciplinar e profissional, possibilitando aperfeiçoar a gestão da oferta de disciplinas pelo corpo docente e, como consequência, ampliar as oportunidades de acesso à comunidade. (UFFS/PPC/PEDAGOGIA, 2010, p. 16)

O domínio comum é reflexo da propositura indicada pelos movimentos sociais. No entendimento dos que fizeram parte da luta pela universidade, a classe popular precisa de saberes que vão além da capacidade técnica, vinculando os conhecimentos políticos, humanos e técnicos. Esse domínio tem como princípio orientador a formação básica e cidadã, e se destina a um perfil de aluno que pode ser entendido como popular. Tem por finalidade desenvolver, em todos os estudantes da UFFS, os conhecimentos, as habilidades, as competências instrumentais e as posturas consideradas fundamentais para o bom desempenho de qualquer cidadão ativo, desperto para a consciência sobre as questões que dizem respeito ao convívio humano em sociedade, às relações de poder, às valorações sociais, à organização sociopolítico-econômica e cultural das sociedades, nos seus vários âmbitos.

Já o domínio conexo expressa um conjunto de saberes que transitam entre áreas ou cursos afins. É constituído por um conjunto de disciplinas que se situam no universo das fronteiras do conhecimento, nas interfaces e nas interações possíveis entre vários cursos.

O domínio específico, por sua vez, compreende um conjunto de saberes vinculados à constituição de perfis profissionais. São componentes curriculares traduzidos em disciplinas, seminários, oficinas, atividades curriculares complementares, dentre outras atividades, próprios de cada área de conhecimento e de processos formativos para desempenhos profissionais superiores específicos.

Esta proposta político-pedagógica compreende a educação como um direito de todos e como uma tarefa emancipatória, que forma e transforma o ser humano. Assim, uma universidade que se constitui como popular tem que assumir como primeiro papel a opção de descolonizar o saber e o ser. De acordo com Mignolo (2008) as populações

historicamente consideradas inferiores, sofreram o agenciamento político e epistêmico, por isso, para se emanciparem, precisam aprender a desobedecer e a desaprender e construir um novo pensar e um novo fazer, pois os cérebros foram programados pela razão imperial/colonial.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

A universidade brasileira foi construída em bases com forte herança colonialista e autoritária, hierarquizando classes sociais, produzindo e reproduzindo mecanismos de dominação, injustiças e desigualdades. Diante disso, a educação superior precisa assumir o papel de descolonizar as mentes, as práticas educacionais e sociais e contribuir significativamente para a superação das injustiças, desigualdades e exclusão. Precisa efetivar uma práxis verdadeiramente transformadora, assumindo uma postura política, pedagógica e prática pela democratização da educação e dos saberes. Para isso, necessita superar a educação positivista, elitista e meritocrática para promover uma educação humanizadora, emancipadora e promotora do desenvolvimento integral dos sujeitos.

Os desafios que se apresentam para uma universidade que foi esculpida por atores sociais que a almejaram e que assumiram o popular como um qualificador de um tipo de educação, são enormes. Além de se consolidar como um espaço que garante o direito à educação pública, demonstra também a preocupação entre o conhecimento produzido e veiculado nas instituições de educação superior e os interesses e necessidades das classes populares. Ter inscrito o popular na dimensão de origem desta universidade pode ser considerado um grande avanço na perspectiva de superar a organização hegemônica que perdurou historicamente na constituição das universidades federais brasileiras.

O caráter popular pode ser evidenciado na sua regionalidade, estrutura multicampi e gestão colegiada, na matriz curricular expressa por meio dos domínios comum, conexo e específico, mas é na política de acesso que a materialidade da dimensão popular da universidade figura e está fortemente demonstrada pela presença dos grupos que historicamente estiveram ausentes do sistema educacional. No entanto, para fortalecer a universidade popular é necessário continuar ampliando as condições de acesso, mas principalmente, garantir condições para permanência na instituição das classes populares

que acessam a educação superior. Promover a democratização do acesso à educação superior ao conhecimento implica fortalecer o princípio da equidade, ou seja, tratar os desiguais de forma diferenciada, para que todos possam usufruir do direito à educação.

## REFERÊNCIAS

- BEISIEGEL, Celso. Cultura do povo e cultura popular. In: VALE, Edênio; QUEIROZ, José J. de (Org.). **A cultura do povo**. São Paulo: Educ, 1982.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- Creswell, J. W. (2010). **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. tradução Magda Lopes. Porto Alegre: ARTMED.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação Superior: setor público e iniciativa privada. MORHY, Lauro (Org.). **Universidade em questão**. Brasília: Universidade de Brasília, 2003. v. 1.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. *Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR*.
- GEORGEN, Pedro. Formação superior: entre o mercado e a cidadania. In: PEREIRA, Elisabete Monteiro do Aguiar (Org.). **Universidade e currículo: perspectivas de educação geral**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010. p. 17-40.
- MELO NETO, José Francisco de. **Universidade Popular**. 2011, 36 p. Disponível em: <<http://senup2011.blogspot.com.br/p/envio-de-contribuicoes.html>>. Acesso em: 04/01/2022.
- MIGNOLO, Walter D. **DESOBEDIÊNCIA EPISTÊMICA: A OPÇÃO DESCOLONIAL E O SIGNIFICADO DE IDENTIDADE EM POLÍTICA**. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008.
- Prodanov, C. C. & Freitas, E. C. de. (2013). **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo/RS: Feevale.
- PEREIRA, Thiago Ingrassia. **Classes populares na universidade pública brasileira e suas contradições: experiência do alto Uruguai Gaúcho**. 2014, 281 f.
- RISTOFF, D. **Construindo outra educação: tendências e desafios da educação brasileira**. Florianópolis: Insular, 2011.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Tradução Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

SAVIANI, Demerval. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1987.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Nádia Maria Cardoso da. Universidade no Brasil: colonialismo, colonialidade e descolonização numa perspectiva negra. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, V. 3 N. 3 – pág. 233-257 (out/2017 – jan/2018): “Decolonialidade e Educação: entre teorias e práticas subversivas” – DOI: 10.12957/riae.2017.29814

Movimento Pró-Universidade. **Relatório do movimento Pró-Universidade**. Grupo de trabalho de criação da futura universidade federal com campi nos estados do PR, SC e RS. Chapecó, mar. 2008.

Universidade Federal da Fronteira Sul. **Estatuto da Universidade Federal da Fronteira Sul**. Documento aprovado pelo Ministério da Educação (MEC). Ofício n. 56/DESup/SESu/MEC. Chapecó, 2010.

Universidade Federal da Fronteira Sul. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Documento vinculado à Diretoria de Organização Pedagógica. Chapecó, 2010.

Universidade Federal da Fronteira Sul. Conselho Universitário. **RESOLUÇÃO Nº 32/2013 - CONSUNI**. Institui o Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes haitianos - PROHAITI. Chapecó – SC, 12 de dezembro de 2013.

Universidade Federal da Fronteira Sul. Conselho Universitário. **RESOLUÇÃO Nº 33/2013 - CONSUNI**. Institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó - SC, 12 de dezembro de 2013.

Universidade Federal da Fronteira Sul. Conselho Universitário. **RESOLUÇÃO Nº 16/CONSUNI/UFFS/2019**. Institui o Programa de Acesso e Permanência a Estudantes Imigrantes (PRÓ-IMIGRANTE), no âmbito da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó - SC, 28 de agosto de 2019.

*Recebido em: 08/07/2022*

*Aprovado em: 12/08/2022*

*Publicado em: 19/08/2022*